

Equipe de planejamento da contratação

Decisor:	Patrícia Helena dos Reis
Unidade Demandante:	Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais
Equipe de Planejamento:	
Integrante demandante:	Dilma Cristina de Assis Parreiras (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais)
Integrantes Técnicos:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto (Secretaria de Comunicação Social) 2. Pedro Jorge Albuquerque Tavares (Secretaria de Engenharia) 3. Rodner Rodrigues Madureira de Almeida (Secretaria de Saúde)
Integrantes Administrativos:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Andressa Aparecida Carvalho Moura (Assessoria de Projetos e Contratações Especiais) 2. Izabel Nogueira de Goes (Assessoria de Projetos e Contratações Especiais) 3. Hudson Luiz Guimarães (Assessoria de Projetos e Contratações Especiais) 4. Dilma Cristina de Assis Parreiras (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais) 5. Raquel Nunes de Souza Olsen (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais)

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade da contratação

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho possui diversos programas e iniciativas voltadas à promoção do trabalho decente e da justiça social, no âmbito da Justiça do Trabalho. Dentre eles, sob gestão regional do TRT 3ª Região, destacam-se: o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro; o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e o Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante.

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, instituído pelo Ato nº 422/CSJT, de 22 de setembro de 2025, visa à erradicação do trabalho infantil no Brasil e à adequada profissionalização do adolescente, atuando, de forma coordenada e articulada, com outras entidades público e privadas, incluindo sindicatos, universidades, associações e instituições de ensino, com vistas à implementação de medidas voltadas à erradicação do trabalho infantil e à disseminação dos valores intrínsecos à garantia de adequada profissionalização do adolescente.

O Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, criado pela Resolução CSJT nº 367/2023, objetiva desenvolver ações permanentes voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção ao trabalho de migrantes.

O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, instituído pela Resolução CSJT nº 368/2023, afirma o compromisso contínuo da Justiça do Trabalho com a promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero,

etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho.

Cite-se, ainda, a existência do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, instituído pela Resolução GP nº 164, de 15 de dezembro de 2020, que tem como atribuições fomentar programas e ações vinculados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, além de promover eventos relacionados ao tema, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde.

Pois bem.

Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda, segundo a Organização Internacional do Trabalho, em 2023, 1,6 milhão de crianças e adolescentes foram submetidos ao trabalho infantil no Brasil, sendo a maioria composta por jovens negros que vivem fora das capitais e regiões metropolitanas. Aludido documento ainda destaca que *“entre 2012 e 2021, o Brasil registrou 22.954 mortes no mercado de trabalho formal. Em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho — um aumento de 30% em relação a 2020”* e que *“os afastamentos por doenças ocupacionais, transtornos mentais como depressão, estresse e ansiedade, permanecem elevados”*.

Mais adiante, o Documento de Formalização da Demanda registra que a *“Organização Internacional do Trabalho pede mais paridade de gênero e raça em postos de trabalho, haja vista a grande diferenciação de acesso ao trabalho, rendimentos e ascensão na carreira entre homens e mulheres, negros e brancos. Na mesma linha, referida entidade recomenda a diversidade e a inclusão como prioridade e parte da estratégia e da cultura de uma empresa”*.

Decerto que a realização de campanhas, eventos e outras medidas preventivas de sensibilização acerca dos temas em tela, bem como a inclusão de conteúdos correlatos em cursos de capacitação inicial e continuada de magistrados e servidores constituem, entre outras medidas, ações necessárias à implementação dos referidos Programas e do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, aumentando a base de conhecimento e a conscientização sobre os conteúdos.

Neste contexto, conforme se verifica no Documento de Formalização da Demanda, este Regional, visando ampliar a discussão e a reflexão a respeito de temas tão caros, pretende promover, por meio da união de esforços entre os gestores das áreas supramencionadas, uma ação que divulgue e chame a atenção para esses temas,

contribuindo, assim, para uma maior sensibilização e conscientização de magistrados, de servidores e da sociedade em geral, e, indiretamente, para a implementação dos sobreditos Programas e dos objetivos do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.

Registra o Documento de Formalização da Demanda, que, desde 2023, este Regional promove a Caminhada pelo Trabalho Decente e pela Saúde, evento este que sempre contou com expressiva participação das pessoas. Dado o sucesso, entende-se que o evento deve ser contínuo e aprimorado anualmente.

Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda, na abertura deste evento esportivo, haverá a apresentação dos Programas Institucionais deste Tribunal, suas finalidades e entidades parceiras, seguida da realização da caminhada. Serão distribuídos materiais informativos e Kits com camisetas para maior visibilidade e engajamento dos participantes, garantindo que o evento seja amplamente percebido na cidade e desperte o interesse da sociedade.

Consta, ainda, no Documento de Formalização da Demanda, que a *“proposta da caminhada busca atrair um público expressivo, estimular a prática de atividades físicas e promover um estilo de vida saudável”*, e que ela ainda representa *“uma oportunidade de integração social entre magistrados, servidores, terceirizados e a sociedade, destacando a importância de um ambiente de trabalho digno e seguro, da prática esportiva e da promoção de temas como: trabalho decente, prevenção de acidentes do trabalho, erradicação do trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, equidade de raça, gênero e diversidade, proteção ao trabalho do migrante e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas”*.

Desta forma, ao que se deduz do Documento de Formalização da Demanda, a escolha pela realização de uma caminhada este ano guardou amparo na intenção da Administração de criar uma tradição relativa a esse tipo de evento, sempre com o objetivo de divulgar os Programas e, assim, mobilizar e estimular a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de contribuir para a promoção da saúde do público em geral, por meio da prática do esporte.

Ao final, concluiu-se pela realização de uma caminhada de rua, em um percurso de 3 km, nos mesmos moldes realizados nos anos anteriores, porém, com redução do público estimado para 1.000 (mil) pessoas, observado o histórico de participação efetiva apurado no evento de 2025, conforme Anexo I – Relação de Itens e

Quantidades e Anexo II – Equipamentos de Sonorização.

2. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, item 36.

3. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Logística Sustentável

A presente contratação está prevista no Plano de Logística Sustentável, item 8.16.

4. Requisitos da contratação

4.1. Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?

4.1.1. Trata-se de uma contratação por escopo e, como requisitos necessários, entende-se que a caminhada de rua seja dotada de estrutura que atenda com conforto e segurança a um público estimado de 1.000 (mil) pessoas, em um trajeto de 3 (três) quilômetros, conforme Anexo I – Relação de Itens e Quantidades e Anexo II – Equipamentos de Sonorização.

4.1.2. Considerando a impossibilidade de promoção deste evento apenas com recursos humanos próprios, pela sua insuficiência, bem como por não dotar da expertise necessária para tanto, indispensável a contratação de empresa do ramo apta a disponibilizar toda a infraestrutura e organização necessária para a realização da caminhada.

4.1.3. Os itens a serem contratados não estão cadastrados no catálogo eletrônico de padronização, disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (fonte: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao> - acesso em 26/3/2026).

4.1.4. Os requisitos necessários para atender à demanda – itens e especificações

aptos a produzir os resultados esperados pela Administração – estão descritos no Anexo I – Relação de Itens e Quantidades e no Anexo II – Equipamentos de Sonorização.

4.1.5. Optou-se pela realização de uma caminhada de rua, em um percurso de 3 km, nos mesmos moldes realizados nos anos anteriores, porém, com redução do público estimado para 1.000 (mil) pessoas, haja vista o histórico de participação efetiva apurado no evento de 2025.

4.1.5.1. Por ser um evento de grande proporção, a ser realizado em área pública, que não dispõe de estrutura física instalada e adequada, se faz necessária a locação de materiais, equipamentos e serviços, visando ao conforto e à segurança dos participantes.

4.1.5.2. Desse modo, o evento esportivo demandará a instalação de estruturas como palco e tendas, equipamento de sonorização, colocação de grades de proteção e cones para demarcação e isolamento das vias públicas, instalação de banheiros químicos, contratação de pessoal para trabalhar no evento, além de necessidade de alvarás e autorizações junto a órgãos públicos.

4.1.6. As tabelas a que se refere o item 4.1.4 representam as especificações mínimas a serem ofertadas.

4.1.7. Dos requisitos de sustentabilidade: Aplica-se, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 4ª edição, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do Ato n. 71/CSJT.GP.SG.SEGGEST, de 10 de setembro de 2025, em especial no que se refere à coleta, transporte, tratamento e descarte dos resíduos sólidos a serem produzidos no evento.

4.1.8. Será vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no planejamento, organização, execução e acompanhamento do evento, sendo permitida a subcontratação apenas para os serviços acessórios como fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico.

4.1.9. Por se tratar de serviços que serão prestados nas vias públicas, de amplo

acesso aos licitantes interessados, não se há falar em vistoria para a contratação em pauta.

4.1.10. Será admitida a participação de cooperativas, desde que cumpram as condições estabelecidas nos normativos vigentes, em especial no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.1.11. Será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio.

4.1.12. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, por se tratar de serviços e fornecimentos simples, sem obrigações acessórias futuras, com pagamento integral após a realização do evento, de forma que eventual penalidade poderá ser descontada do valor devido após a prestação dos serviços.

4.1.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.1.14. Os serviços serão prestados no saguão do edifício-sede da Justiça do Trabalho (entrega das camisas) e nas vias públicas da região do bairro Funcionários/Savassi (trajeto da caminhada).

4.1.15. A contratada deverá arcar com todos os custos de licenças, taxas, alvarás, preços públicos, transportes, fretes, materiais, mão-de-obra, impostos e quaisquer outros que porventura se fizerem necessários para a execução do objeto.

4.2. Caso a quantidade de fornecedores seja restrita, quais são os requisitos que limitam a participação? Esses requisitos são realmente indispensáveis?

Não se aplica.

Após análise de mercado, verificou-se a existência de várias empresas locais e nacionais especializadas em produção e organização de caminhada de rua.

4.3. Qual a data limite para o atendimento da necessidade?

A caminhada deve ocorrer em 13 de setembro de 2026, preferencialmente, ou em 27 de setembro de 2026, devendo a contratação ser finalizada até a primeira quinzena de

julho de 2026.

5. Estimativas das quantidades para a contratação

5.1 Quais são as estimativas das quantidades para a contratação? Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado? Essas estimativas devem ser acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte.

Os itens e respectivos quantitativos foram informados pela unidade demandante, sendo aqueles necessários à realização do evento, com conforto e segurança, para 1.000 (mil) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, observados os mesmos itens e quantitativos definidos para a contratação de 2025, a qual possuía idêntico percurso e público estimado de 2.000 (duas mil) pessoas, feitas as devidas correções para o quantitativo de 1.000 (mil) pessoas, além de pequenos ajustes/acréscimos de itens, para aprimoramento da prestação dos serviços este ano, haja vista a experiência anterior, conforme Anexo I - Relação de Itens e Quantidades e Anexo II – Equipamentos de Sonorização.

Esclareça-se que, considerando a experiência anterior, foram acrescidas à pretensa contratação dois itens ofertados gratuitamente pela empresa contratada em 2025: 1) chip descartável e controle de passagem na largada e na chegada, com serviço de apuração, confecção de dados e conferência de cadastro, item essencial para o controle efetivo do número de participantes no evento e 2) duas tendas 5x5, haja vista a montagem de ponto de apoio para os gestores e fiscais da contratação no dia do evento.

6. Levantamento de mercado

O Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais solicitou os materiais relacionados no Anexo I – Relação de Itens e Quantidades e no Anexo II – Equipamentos de Sonorização, necessários à realização de uma caminhada de rua, em um percurso de 3 km, nos mesmos moldes realizados nos anos anteriores, porém, com redução do

público estimado para 1.000 (mil) pessoas, observado o histórico de participação efetiva apurado no evento de 2025.

Conforme se extrai do Documento de Formalização da Demanda, a escolha pela realização de uma caminhada este ano guardou amparo na intenção da Administração em criar uma tradição relativa a esse tipo de evento, sempre com o objetivo de divulgar os Programas e, assim, mobilizar e estimular a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de contribuir para a promoção da saúde do público em geral, por meio da prática do esporte.

Por essa razão, considera-se predeterminada a solução e os estudos técnicos preliminares buscarão identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, demonstrar sua viabilidade técnica e econômica e fornecer as informações necessárias para o prosseguimento do feito.

6.1. Análise das alternativas possíveis (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Para o ano de 2026, os Gestores Regionais dos Programas, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, optaram por promover uma caminhada para 1.000 (mil) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros, a fim de passar as mensagens relativas à importância do trabalho seguro, da qualidade de vida no trabalho, da erradicação do trabalho infantil e do estímulo à aprendizagem, da equidade de gênero, raça e diversidade nas relações sociais e de trabalho, e de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante.

Saliente-se que, dentre os vários eventos esportivos passíveis de realização, deu-se preferência à caminhada, nos mesmos moldes dos anos anteriores, por ser considerada a atividade mais democrática, com maior potencial de inclusão e alcance, tendo em vista que outros esportes mais específicos poderiam constituir um limitador de público.

É possível encontrar no mercado empresas que disponibilizam os itens necessários à realização da caminhada, de forma isolada, e há também empresas especializadas na produção e organização de eventos esportivos que entregam o evento completo, sendo essa última a solução que a equipe de planejamento da contratação julga a mais

apropriada.

Considerando a necessidade de que todos os itens indispensáveis à realização da caminhada sejam fornecidos em etapa única, de forma coordenada, visando garantir a qualidade do serviço, optou-se pela contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, conforme realizado nas contratações de 2023, 2024 e 2025, em detrimento da contratação dos itens separadamente.

Além da importância de o evento ficar sob a responsabilidade de uma só empresa, a aquisição/locação dos itens de forma isolada poderia fazer com que alguns deles restassem desertos ou fracassados, comprometendo ou até mesmo inviabilizando a sua realização.

Ademais, efetuar diversas contratações para serem executadas de forma concomitante aumenta o risco associado ao evento. Se um dos contratados não cumprir o ajuste, a realização do evento restará comprometida.

A escolha de uma única empresa também é mais econômica, já que possibilita a economia de escala.

Revela-se, pois, adequada para a contratação a abertura de certame licitatório, em grupo único.

6.2. Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?

Não.

7. Estimativa do valor da contratação

7.1. Trata-se de bens e serviços em geral?

Sim.

7.2. Fontes utilizadas para definição da estimativa do valor da contratação:

7.2.1. É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?

Sim.

7.2.2. Foram encontrados preços de objetos similares no PNCP?

Não.

Foi utilizada, inicialmente, a ferramenta de busca do Banco de Preços para coleta de preços, o qual consiste num banco de dados que reúne, dentre outros, os preços constantes nos sistemas oficiais do governo, contratações similares da Administração Pública e de sítios eletrônicos e mídias especializadas, em cumprimento ao art. 5º da Instrução Normativa n. 65/2021.

No entanto, como a contratação tem características próprias, bem específicas, diferindo das outras, em alguns momentos, quanto ao quantitativo de participantes, e em outros, quanto aos itens a serem contratados, o que impacta diretamente nos valores, não se mostrou conveniente a utilização de tais preços, conforme Anexo III – Banco de Preços.

Verificou-se, na pesquisa realizada, que o objeto contratado, via de regra, contempla corrida e caminhada, o que já diverge do objeto da pretendida contratação, que é apenas caminhada, além de apresentarem diferenças quanto ao número de participantes no evento e relação de itens contratados.

Veja-se, por exemplo, a contratação promovida pelo Município de Nova Guarita – MT, em que foi contratada corrida e caminhada para um público estimado de 300 (trezentas) pessoas, e não 1.000 (mil) pessoas, como na pretensa contratação, com relação de itens também diversa.

7.2.3. Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?

Não, haja vista a especificidade do objeto, que tem características próprias, em razão do objeto a ser realizado (caminhada), número de participantes no evento, relação de itens, e outros fatores.

7.2.4. Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?

Sim.

Em razão da especificidade do objeto, foi feita pesquisa direta com fornecedores.

Com relação à pesquisa direta com fornecedores, é importante destacar que a equipe de planejamento da contratação teve bastante dificuldade na obtenção de orçamentos.

É sabido que os fornecedores, em geral, cientes de que os órgãos têm a obrigação de realizar licitação para suas contratações, usualmente não atendem aos pedidos de orçamentos. Esta dificuldade é ainda maior junto aos prestadores de serviços, uma vez que os orçamentos de serviços costumam ser mais elaborados ou dependem de mais estudos do que aqueles de fornecimento de mercadorias. Acrescenta-se, ainda, neste caso, o grande número de itens necessários para a realização do evento. Como se observa, são 80 itens, cuja contratação será necessária para a perfeita execução dos trabalhos.

Na sequência, será possível verificar que muitas empresas foram contatadas, em mais de uma oportunidade, para a solicitação de orçamentos, mas a grande maioria não apresentou preços para os serviços.

Foram feitos pedidos de orçamentos em 27 de março de 2026, em 6 de abril de 2026 e mais um em 13 de abril de 2026, com fornecedores locais e também com empresas de outros estados com ampla experiência e *know how*, após pesquisa na *internet* (Anexo IV - Pedidos de orçamentos enviados).

Contudo, embora tenham sido encaminhados pedidos de orçamento para diversas empresas, os quais foram todos reiterados em 13 de abril de 2026, somente 5 (cinco) enviaram suas cotações (Anexo V - Orçamentos recebidos):

Empresa	Data da solicitação de Orçamento	Data da reiteração do pedido de orçamento	Forneceu o orçamento?	Data do Orçamento	Observação
Empresa 1	27/3/2026	-	Sim	30/3/2026	Orçamento enviado
Empresa 2	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 3	27/3/2026	13/4/2026	Sim	13/4/2026	Orçamento enviado
Empresa 4	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 5	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 6	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não

					respondeu
Empresa 7	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 8	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 9	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 10	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 11	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 12	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 13	6/4/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 14	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 15	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 16	13/4/2026	-	Não		Não respondeu
Empresa 17	6/4/2026	-	Não		Respondeu que não possui disponibilidade para atendimento
Empresa 18	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 19	6/4/2026	13/4/2026	Não		Respondeu que presta serviços apenas em Santa Catarina
Empresa 20	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 21	6/4/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 22	6/4/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 23	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não

					respondeu
Empresa 25	27/3/2026	-	Sim	1/4/2026	Orçamento enviado
Empresa 26	6/4/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 27	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 28	6/4/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 29	27/3/2026	13/4/2026	Não		Não respondeu
Empresa 30	27/3/2026	-	Sim	29/3/2026	Orçamento enviado
Empresa 31	27/3/2026	13/4/2026	Não	-	Não respondeu
Empresa 32	27/3/2026	13/4/2026	Não	-	Respondeu que não possui disponibilidade para atendimento
Empresa 33	6/4/2026	13/4/2026	Não	-	Não respondeu
Empresa 34	27/3/2026	13/4/2026	Não	-	Não respondeu
Empresa 35	27/3/2026	13/4/2026	Não	-	Não respondeu
Empresa 36	-	-	Sim	30/3/2026	Orçamento enviado

Como antes realçado, a tabela supra evidencia o grande esforço empreendido pela equipe de planejamento da contratação durante a pesquisa de preços realizada diretamente com fornecedores, sem, contudo, ter obtido grande êxito.

Isso porque, para a contratação em pauta, é necessária a aquisição de oitenta itens, dos mais variados, apresentando-se um grande desafio. Além disso, como já apontado, não há interesse das empresas em ofertar orçamentos, uma vez que sabem que não serão contratadas para a execução dos serviços, diante da obrigatoriedade de realização de licitação pelos órgãos públicos.

Além dessas dificuldades, outro a ponto a se registrar é a considerável discrepância de valores entre os orçamentos encaminhados, conforme tabela a seguir:

Empresa	Data do Orçamento	Valor do Orçamento
Empresa 25	1/4/2026	R\$
Empresa 30	29/3/2026	R\$
Empresa 3	13/4/2026	R\$
Empresa 1	30/3/2026	R\$
Empresa 36	30/3/2026	R\$

Ao exame dos orçamentos encaminhados, verifica-se que os dois maiores valores ofertados (R\$) e R\$) correspondem a mais que 3 (três) vezes o menor valor ofertado (R\$), sendo, ainda, superiores a 65% (sessenta e cinco por cento) do terceiro maior valor ofertado (R\$), o que evidencia se tratar de valores demasiadamente elevados.

E, consoante disposto na Instrução Normativa SEGES/ME n. 65, de 7 de julho de 2021, art. 6º, *caput*, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, devem ser desconsiderados, para fins de apuração do valor estimado da contratação, os preços excessivamente elevados:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

(...)

§3º. Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

Nesse aspecto, para fins de apuração do valor estimado da pretensa contratação, foram desconsiderados os dois maiores orçamentos encaminhados (R\$ 1.000.000,00 e R\$ 1.500.000,00), por se tratar de valores expressivamente superiores aos demais valores referenciais de mercado apurados, na forma do art. 6º da Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021.

Outrossim, em relação à proposta formal encaminhada pela empresa que apresentou o menor orçamento (R\$ _____), não obstante a ausência de informações alusivas ao CNPJ, endereço físico e eletrônico, telefone de contato, data da emissão, nome completo e identificação do responsável, na forma exigida pelo art. 5º, §2º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021, aludido orçamento foi considerado, para fins de apuração do valor estimado da contratação.

Importa salientar que esta unidade requisitante diligenciou, de forma reiterada, por e-mail e via mensagem de Whatsapp, com vistas à complementação das sobreditas informações, sem, contudo, lograr êxito, conforme Anexo VI – Pedido de complementação de informações na Proposta Comercial.

Como já salientado, a equipe de planejamento da contratação teve grandes dificuldades com a pesquisa de preços. Não foram encontradas contratações similares da Administração Pública no Banco de Preços, tampouco em sítios eletrônicos e mídias especializadas. Outrossim, a pesquisa de preços realizada diretamente com os fornecedores também reforça essa dificuldade, uma vez que foram enviados pedidos de orçamentos para mais de 30 (trinta) fornecedores, todos reiterados, tendo recebido, contudo, apenas 5 (cinco) cotações, sendo que 2 (duas) delas, consoante já expedido, foram desconsideradas para fins de apuração do valor estimado da contratação, por apresentarem preços excessivamente elevados.

Dessa forma, em que pese o vício formal contido na Proposta Comercial enviada pela empresa que ofertou o menor preço (R\$ \, haja vista a ausência de dados exigidos pelo art. 5º, §2º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021, o orçamento foi considerado para fins de apuração do valor estimado da contratação, considerando-se a existência no processo de apenas 2 (dois) outros orçamentos válidos.

É de se ressaltar, ainda, que, a ausência de valor informado para apenas 2 (dois) itens no orçamento em tela, em um contexto de 80 (oitenta) itens, não impacta, de forma relevante, o valor total da cotação.

Ademais, excluídos os dois maiores orçamentos encaminhados, verifica-se que a diferença entre o menor valor (R\$) e o maior valor (R\$) apresentados é de mais de 80%, o que denota a considerável discrepância entre os orçamentos, sugerindo-se, portanto, que o valor estimado da contratação seja sigiloso.

Acresça, ainda, o fato de que, em pesquisa realizada no Portal de Compras, verificou-se que a atribuição de sigilo ao valor estimado da contratação no processo licitatório de 2025 promovido por este Regional não afastou a participação de interessados no certame, conforme se observa em <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08000805900242025>.

Diante do exposto, haja vista a ausência de quantitativo robusto de orçamentos enviados e a considerável discrepância de valores entre as cotações encaminhadas, propõe-se que o valor estimado dos serviços não seja publicizado até a finalização da etapa de lances, com base no art. 10 da Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021. Entende-se que tal medida possa garantir a oferta de lances mais baixos e, conseqüentemente, contratação a preços mais vantajosos ao Regional.

7.2.5. Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?

Não.

7.3. Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?

Sim. A metodologia aplicada para apuração do valor estimado da contratação seguiu os parâmetros do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME N. 65, de 7 de julho de 2021.

Assim, calculou-se o coeficiente de variação dos orçamentos coletados, a fim de avaliar o grau de dispersão dos dados em torno da medida de centralidade (média). Em itens em que o coeficiente de variação foi igual ou inferior a 25%, o preço estimado utilizado foi a média dos orçamentos válidos, e, nos itens em que o coeficiente de variação foi superior a 25%, o preço estimado utilizado foi a mediana dos valores.

7.4. Mapa comparativo de preços ou Pesquisa de Preços de Mercado.

Verificar Anexo VII – Mapa Comparativo de Preços, tendo em vista se tratar de uma relação grande de itens e pelo fato de se tratar de licitação com valor estimado sigiloso.

7.5. Houve pedido de alteração do valor do item no PCA?

Não.

8. Descrição da solução como um todo

Trata-se de contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, para prestação dos serviços de planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico de caminhada de rua, a ser realizada no dia 13 de setembro de 2026, preferencialmente, ou no dia 27 de setembro de 2026, nas imediações do edifício-sede do TRT 3ª Região, localizado na Avenida Getúlio Vargas, para um público estimado de 1.000 (mil) pessoas, em um percurso de 3 (três) quilômetros.

Os itens e quantitativos que compõem a contratação são detalhados em tabela anexa a este documento (Anexo I - Relação de Itens e Quantidades e Anexo II – Equipamentos de Sonorização).

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, observados os valores unitários e total estimados.

A equipe de planejamento entende que a solução proposta é adequada para atender às necessidades institucionais. Garante a justa competição entre os interessados, o uso eficiente do dinheiro público, promove o desenvolvimento sustentável e está em harmonia com os objetivos estratégicos.

8.1. Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?

As caminhadas e corridas de rua são regulamentadas por normas da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAT. Em Minas Gerais, o órgão responsável pela autorização e fiscalização dos eventos é a Federação Mineira de Atletismo – FMA.

As normas que disciplinam a presente contratação são a Lei n. 14.133/21, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho-4ª Edição e o Código de Defesa do Consumidor.

8.2. Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?

Sim. Em 2024, houve o descumprimento de alguns itens pela empresa contratada, a qual foi penalizada à época.

8.3. Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?

Após a assinatura do contrato, há a previsão de realização de reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.4. Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?

Não há.

8.5. Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?

Não. Todos os itens necessários à aquisição da solução estão previstos nos presentes estudos e seus anexos.

8.6. Há necessidade de exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica?

Não há.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Segundo a Lei n. 14.133/2021, art. 40, inc. V, “b”, o planejamento de compras deverá observar o atendimento a diversos princípios, entre eles o do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de forma a ampliar a competição, com vistas à economicidade.

Na contratação ora pretendida, contudo, o parcelamento da solução não é tecnicamente viável pois, conforme já mencionado, existe a necessidade de que todos os itens sejam fornecidos em etapa única, de forma coordenada, visando garantir a qualidade do serviço. Desta maneira, optou-se pela contratação de empresa especializada na produção e organização de eventos esportivos, em detrimento da contratação dos itens separadamente.

Além da importância de o evento ficar sob a responsabilidade de uma só empresa, a aquisição dos itens de forma isolada poderia fazer com que alguns deles restassem desertos ou fracassados, comprometendo ou até mesmo inviabilizando a sua realização.

A escolha de uma única empresa também é mais econômica, já que possibilita a economia de escala.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

10.1 Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?

Os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação são: divulgar a importância da saúde e segurança no trabalho; sensibilizar a sociedade para os prejuízos pessoais e sociais do trabalho infantil; demonstrar os benefícios do contrato de aprendizagem para a formação profissional dos jovens; difundir a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho; divulgar a importância das ações de enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante; fomentar ações de saúde e prática de atividade física; e promover a ética e a cidadania.

11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato

11.1 Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?

Não há necessidade de adequação do ambiente organizacional.

11.2. Será necessária a adoção de providências pela Administração, tais como: liberação de espaço, retirada de equipamentos, capacitação de servidores designados para fiscalização e gestão contratual?

A entrega dos kits/camisas será feita no saguão do edifício-sede do TRT 3ª Região, conforme ocorrido na contratação da caminhada em 2023, 2024 e 2025, na forma do Anexo VIII – Utilização do saguão do edifício-sede do TRT 3ª Região.

11.3. Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?

A gestora da contratação será a servidora do Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais, Dilma Cristina de Assis Parreiras.

A fiscalização administrativa será de responsabilidade dos servidores Guilherme Peixoto Resende, lotado no Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais, Andressa Aparecida Carvalho Moura e Izabel Nogueira de Goes, ambas lotadas na Assessoria de Projetos e Contratações Especiais, tendo como substitutos eventuais, respectivamente, Raquel Nunes de Souza Olsen, Elaine Petrocchi da Costa Vieira e Hudson Luiz Guimarães.

Atuarão como fiscais técnicos os servidores Rodner Rodrigues Madureira de Almeida, lotado na Secretaria de Saúde, Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto, lotado na Secretaria de Comunicação e Pedro Jorge Albuquerque Tavares, lotado na Secretaria de Engenharia, tendo como substitutos eventuais, respectivamente, Mariza Angela Marcolino Gomes, lotada na Secretaria de Saúde, Antônio Carlos Caldas Cordeiro, lotado na Secretaria de Comunicação e Breno Dias Rodrigues, lotado na Secretaria de Engenharia.

Os servidores estarão munidos de planilhas no momento da fiscalização, de modo a guiar e facilitar o trabalho.

11.4. Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?

Acompanhar a tramitação do processo nas unidades envolvidas do Tribunal e solicitar prioridade na análise/autorização.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

12.1. Foram consideradas interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala?

Não há outras contratações (eventos esportivos) em andamento neste Tribunal que possuam interdependência com a presente e/ou sejam capazes de possibilitar uma economia de escala.

12.2. Será necessária alguma contratação correlata ou interdependente como: seguros, acréscimos em contratos já existentes, treinamentos, levantamentos específicos?

Não. Todas as demandas serão supridas por meio da presente contratação.

12.3. Haverá a necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?

Não.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Aplica-se, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 4ª edição, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio do Ato n. 71/CSJT.GP.SG.SEGGEST, de 10 de setembro de 2025, em especial no que se refere à coleta, transporte, tratamento e descarte dos resíduos sólidos a serem produzidos no evento.

Não há necessidade de se incluir requisitos relativos ao consumo de energia (baixo) e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos.

14. Levantamento de riscos específicos

Vide Caderno 6 – Mapa de Riscos.

15. Correlação com o planejamento orçamentário

Há previsão de custeio no planejamento orçamentário (item 36 do PCA 2026), no valor total de R\$ _____, item SIGEO _____, conforme Documento de Formalização da Demanda.

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Por todo o exposto nestes Estudos Técnicos Preliminares e considerando o alinhamento com a legislação, as práticas sustentáveis e a eficiência na gestão, a contratação de empresa especializada em produção e organização de eventos esportivos, que incluem: planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de bens, infraestrutura e apoio logístico de caminhada de rua, se mostra viável e perfeitamente adequada à necessidade colocada pela Administração, motivo pelo qual a equipe de planejamento da contratação manifesta-se pela proposição de abertura de licitação para promoção da contratação.

Assinatura da Equipe de planejamento da contratação

Integrante demandante:	Dilma Cristina de Assis Parreiras (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais)
Integrantes Técnicos:	1. Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto (Secretaria de Comunicação Social) 2. Pedro Jorge Albuquerque Tavares (Secretaria de Engenharia) 3. Rodner Rodrigues Madureira de Almeida (Secretaria de Saúde)
Integrantes Administrativos:	1. Andressa Aparecida Carvalho Moura (Assessoria de Projetos)

	<p>e Contratações Especiais)</p> <p>2. Isabel Nogueira de Goes (Assessoria de Projetos e Contratações Especiais)</p> <p>3. Hudson Luiz Guimarães (Assessoria de Projetos e Contratações Especiais)</p> <p>4. Dilma Cristina de Assis Parreiras (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais)</p> <p>5. Raquel Nunes de Souza Olsen (Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais)</p>
--	--